



Anais da Assembléia

N° 168

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1995.

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Nelvo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

Ato da Presidência:

S E S S Ã O.

RESOLUÇÃO N° 018/95

Data: 27 de novembro de 1995.

Súmula: Revoga a Resolução n° 40/91, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Iguatemi do Paraná, desmembrando-o do Município de Maringá.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica revogada a Resolução n° 40/91, de 17 de outubro de 1991, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Iguatemi do Paraná, desmembrando-o do Município de Maringá.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.11.95.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1995
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Pupprio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Valmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado José Maria Ferreira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Emenda:

**PROPOSTA DE EMENDA A
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**

Artigo Único - Acrescenta dispositivo ao § 1° do art. 77 - Seção VII do Capítulo I do Título III da Constituição Estadual, conforme segue:

"V - não terem exercido, no período de cinco anos imediatamente anterior à nomeação, cargo de Secretário de Estado ou função correspondente ou equivalente à de Diretor ou Membro do Conselho de Administração ou do Conselho Curador de entidade da administração indireta ou fundacional do Estado".

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) JOEL COIMBRA

Apoiamento: Ricardo Chab, Irineu Colombo, Jocelito Canto, Nelson Tureck, Duílio Genari, Nelson Justus, Emerson Nerone, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Plauto Miró Guimarães, José Maria Ferreira, Edgard Bueno, Beto Richa, Edson Silva Lino, Nereu Alves de Moura, Luiz Carlos Alborghetti, Valmor Trentini, Toti Colaço, Milton Pupprio, Cezar Silvestri, Sérgio Spada, Albanor Gomes, Geraldo Cartário, Edno Guimarães, César Seleme, João Techy, Doutor Rosinha e Eduardo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa tem por objetivo o aperfeiçoamento institucional do Tribunal de Contas. A propósito, a Constituição Estadual, ao dispor sobre os requisitos para nomeação de conselheiros e auditores preceitua em seu artigo 77:

"§ 1° - Os conselheiros e auditores do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de

função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Propõe-se agora a inclusão de requisito que estabeleça, como condição para habilitação ao cargo, que o candidato:

"V - não tenha exercido, no período de cinco anos imediatamente anterior à nomeação, cargo de Secretário de Estado ou função correspondente ou equivalente à de Diretor ou Membro do Conselho de Administração ou do Conselho Curador de Entidade da administração indireta ou fundacional do Estado".

A aprovação desta emenda significa, sem dúvida, fortalecer os atributos de independência e isenção, essenciais a um organismo da importância do Tribunal de Contas, que, por via de consequência, terá melhores condições de desempenhar suas funções constitucionais.

Além disso, a disposição acrescentada, além de aprimorar a sistemática vigente, previne constrangimentos ocasionados pelo modelo atual, que coloca para julgar atos da Administração Pública de um determinado período, pessoas que fizeram parte da mesma administração, ofuscando o brilho e minimizando a importância das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3598

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação aos Projetos de Lei n°s 498/95 e 480/95.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 3599

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 508/95.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 3593

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 3589

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Gumercinda Regis da Luz de Freitas, ocorrido em 02/11/95.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-la.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à rua Batuirá, 274 - Núcleo Santa Maria - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3590

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Luiz Carlos Sant'Ana, ocorrido em 07/11/95.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à rua Penteado de Almeida, 156 - Centro - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3585

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a expedição de votos de congratulações a Senhora Olivia Batista Pereira, Presidente da Associação Municipal dos Mutuários de Mandaguari, pelos relevantes trabalhos prestados a todos os munícipes, destacando as 1.161 famílias de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, do Plano de Ação Imediata para Habitação - PAIH.

Que a mesma seja cientificada do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Durante o governo Collor de Mello, foi implantado no Brasil um projeto para construção de moradias populares denominado Plano de Ação Imediata para Habitação -

PAIH, que deveria atender famílias de trabalhadores de baixa renda, infelizmente o projeto teve outros objetivos. No Brasil existem aproximadamente 550 mil moradias construídas ou com obras inacabadas deste programa, que usou recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FGTS, tornando-se uma grande demonstração de desperdício e má fé na aplicação do dinheiro público.

No Paraná foram construídas mais de 30 mil moradias, publicamente conhecidas como "margaridas", que assim como no resto do País, foram escandalosamente superfaturadas.

O Norte do Estado do Paraná é a região onde está concentrada a maior parte destes conjuntos habitacionais. Em alguns municípios encontramos lideranças comunitárias que vêm há mais de três anos lutando pelas causas dos mutuários, buscando uma redução das prestações, que são elevadas para qualidade daqueles imóveis, entre estes abnegados lutadores encontramos no Norte, na Cidade de Mandaguari, a Senhora Olivia Batista Pereira, Presidente da Associação Municipal dos Mutuários de Mandaguari, entidade criada para defender os direitos dos mutuários daquela cidade, que representa 1.161 famílias, uma anônima lutadora das causas populares, que vêm representando nos principais escalões do Estado e da República, não só os trabalhadores de Mandaguari, ou do Norte do Estado, mas de todo o Paraná, sempre na busca de melhores dias para mais de 30 mil famílias de mutuários que adquiriram estas moradias em nosso Estado.

Assim, entendemos ser esta trabalhadora merecedora de homenagens dos nobres Pares desta Casa Legislativa, legítima representante das causas populares.

REQUERIMENTO N° 3591

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Porto Vitória pelo transcurso do seu 31° aniversário de emancipação política em 08/12/95.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Otávio José Scheid, ao vice-Prefeito, Senhor Francisco Xavier Kampmann, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentem a laboriosa população de Porto Vitória.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Porto Vitória estará comemorando, no próximo dia 08/12 seus 31 anos de emancipação política.

É através desta proposição que queremos parabenizar toda a população de Porto Vitória que é digna do nosso respeito e admiração pelo trabalho diuturno em prol do desenvolvimento crescente do município.

A união do povo e administração municipal tem trazido o progresso para o município. Cada um fazendo a sua parte, colaborando da melhor maneira possível, Porto Vitória tem superado as adversidades e cada vez mais vem se firmando como um município humanitário e dinâmico.

Com fé em Deus e confiança no trabalho de seu povo dedicado e honesto, Porto Vitória alcançará seu objetivo principal que é uma melhor qualidade de vida para todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, renova sua gratidão e reconhecimento a toda população de Porto Vitória na data festiva em que comemora seus 31 anos, certos de que continuarão na luta por um futuro promissor.

REQUERIMENTO N° 3594

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de votos de congratulações ao município de São Miguel do Iguaçu, pela passagem de aniversário de sua emancipação político-administrativa, e que seja dado conhecimento desta proposição ao seu Prefeito, Senhor Elias Bongioio.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Gostaríamos de deixar registrado nos Anais desta Casa, as nossas homenagens a São Miguel do Iguaçu, na pessoa do seu Prefeito, Senhor Elias Bongioio, que em parceria com os munícipes vem, apesar da crise que atinge o País, demonstrando que com dedicação, austeridade e muito trabalho é possível se manter uma cidade em constante desenvolvimento, proporcionando ao seu povo melhoria de qualidade de vida, e atendendo os mais legítimos anseios da sociedade.

REQUERIMENTO N° 3600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Irmandade da Santa Casa de Londrina pelos 55 anos de atividades e de "Prioridade para a Vida" e pela posse, no dia 24 deste mês, da nova Mesa Administrativa, que atuará no

biênio 1996/97. Enviando para o endereço, Rua Espírito Santo, 523 CEP: 86010-450 - Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A população de Londrina deve muito à Irmandade de sua Santa Casa. Londrinses de várias áreas e segmentos dela fazem parte. Todos unidos pelo espírito de solidariedade, de ajuda ao próximo. Lá se vão 55 anos de muito trabalho e luta, sempre marcados pela escassez de recursos frente a uma demanda que não pára de crescer. A população carente de Londrina tem o atendimento certo e a proteção de sua saúde quando procura a Santa Casa.

Graças ao trabalho abnegado da irmandade, incansável na busca de soluções que minimem o sofrimento dos pacientes e de suas famílias, o londrinense não fica desamparado. O bem maior, a vida do ser humano, tem na Irmandade da Santa Casa de Londrina, ao longo de todo este tempo, a garantia de que tudo será feito para sua preservação. Para que tanta dedicação não passe despercebida neste agito da vida moderna, registramos nesta Casa de Leis a gratidão e a congratulação pelo trabalho da Irmandade da Santa Casa de Londrina e aos novos componentes da Mesa Administrativa.

REQUERIMENTO N° 3601

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, à douta Mesa da Assembleia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações pela indicação do Dr. Carlos Alberto Fiurucci para Presidente do CONEN - Conselho Estadual de Entorpecentes e, Dr. Dilermando Brito Filho, para a vice-Presidência.

O CONEN, órgão pertencente à estrutura da Secretaria de Estado da Justiça, é integrado por diversos órgãos e tem a responsabilidade de gerir a política de prevenção e combate às drogas dentro do Estado. Vem merecendo o mesmo, especial atenção do Dr. Edson Vidal Pinto, Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, que acaba de reformular a composição do mesmo, com a indicação de novos membros e indicação de sua presidência. O Presidente, Dr. Carlos Alberto Fiurucci é o representante da Secretaria de Estado da Saúde e Dr. Dilermando Brito Filho, da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento aos Senhores Secretários de Estado da Justiça e Cidadania, Dr. Edson Vidal Pinto, de Saúde, Dr. Armando Raggio

e de Segurança Pública, Dr. Cândido Martins de Oliveira.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3602

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos anais desta Casa de Leis, voto de louvor e moção de aplauso, através da Presidência, ao Exmo. Sr. Prince Ivo Szymanski, Subdelegado do Trabalho em Foz do Iguaçu-PR, pelo excelente trabalho no exercício da função, na Subdelegacia do Ministério do Trabalho naquela cidade, assim como seja dado conhecimento desta proposição ao mesmo.

Sala das Sessões, em 28.11.95

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Prince Ivo Szymanski, assumiu a Subdelegacia do Trabalho em Foz do Iguaçu, há mais de 2 anos, onde dinamizou o atendimento ao público, melhorando e reciclando o pessoal, apurando as irregularidades das denúncias realizadas pelos Sindicatos dos Empregados, Entidades Públicas, Vereadores e Deputados, com presteza, imparcialidade, honestidade e legalidade, imprimindo um ritmo moderno e de qualidade a ser seguido pela Administração Pública.

Não obstante a falta de recursos materiais e humanos, tem se empenhado para melhorar a qualidade de trabalho em todos os sentidos, tendo inclusive criado na região o "Disque-Denúncia" ao trabalhador desamparado.

Portanto, não há dúvida que o mesmo é totalmente merecedor deste voto de louvor e moção de aplauso pelo relevante serviço prestado em prol do bem comum.

REQUERIMENTO N° 3603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviada moção de congratulação ao Jornal "Gazeta do Paraná", que estará comemorando o 4° aniversário, no dia 22 de novembro, estendendo-se os cumprimentos a toda a equipe de Redatores, Jornalistas, Fotógrafos, Diretores e demais funcionários do Jornal.

Sala das Sessões, em 28.11.95

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

No dia 22 de novembro, o Jornal "Gazeta do Paraná", completará quatro anos de existência, de circulação diária em Cascavel e região. Acharnos por bem apresentar o presente requerimento, pois trata-se de um jornal que se destaca com suas informa-

ções precisas e coerentes, necessárias para o dia-a-dia do cidadão de Cascavel e região se mantenha bem informado.

REQUERIMENTO N° 3604

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Jornal "A Gazeta do Iguaçu", moção de congratulação, do 7° aniversário comemorado no dia 11 próximo passado, estendendo-se os cumprimentos a toda a equipe de Redatores, Jornalistas, Fotógrafos, Diretores e demais funcionários do Jornal.

Sala das Sessões, em 28.11.95

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

No dia 11 próximo passado, o Jornal "A Gazeta do Iguaçu", completou sete anos de existência, de circulação diária em Foz do Iguaçu e região. Sendo um Jornal que contribui com as informações que se fazem necessárias para o dia-a-dia de cada cidadão, achei por bem apresentar o presente requerimento. Destaco, ainda a linha de independência do jornal, que aliada a uma linha arrojada, torna a informação mais precisa e coerente.

Apresentando uma impressão moderna, fruto de um grande investimento empresarial "A Gazeta do Iguaçu" torna-se uma necessidade diária para que os cidadãos de Foz do Iguaçu e Região Oeste se mantenham bem informados.

REQUERIMENTO N° 3581

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que ocorre na região do bairro São Braz, mais especificamente na Rua Estefano Reva, proximidades do n° 469. A falta de água é quase diária, só vem de madrugada e devido a pouca pressão as caixas não chegam a encher.

A situação está cada vez mais difícil para os moradores desse bairro, motivo pelo qual estão solicitando providências.

Sala das Sessões, em 28.11.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3582

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, no sentido

de atender o pedido feito pela moradora na Rua Bento Munhoz da Rocha, n° 76 - Vila Velha, a qual solicita a abertura de uma valeta em frente a sua casa, tendo em vista que ela já adquiriu as manilhas para serem colocadas.

Se necessário maiores informações, pode-se manter contato com a Sra. Lídia Brito pelo telefone 752-1550.

Sala das Sessões, em 28.11.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3583

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da moradora na Rua Jordânia n° 400, Centenário, a qual solicita que suas correspondências sejam colocadas na caixa de coleta e não no seu jardim, como vem sendo feito.

O pedido está sendo feito devido ao perigo dessas correspondências serem extraviadas, uma vez que ficam à ação do tempo.

Sala das Sessões, em 28.11.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3584

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores da rua Luís Leduc, proximidades do n° 800 - Vista Alegre / Mercês, os quais solicitam a implantação de rede de esgoto no local. Ocorre que o esgoto corre a céu aberto, o cheiro é insuportável e a proliferação de animais nocivos à saúde é muito grande.

Pedem que o pedido seja atendido, uma vez que beneficiará muitas pessoas.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3587

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ministro da Agricultura, Senhor José Eduardo de Andrade Vieira, solicitando sua intercessão junto ao IBC, na liberação dos barracões que serviam para o armazenamento de café na Cidade de Ponta Grossa.

O terreno foi cedido pela Prefeitura, 40 anos atrás, para a construção de um

centro de armazenagem de café. De acordo com a escritura, a propriedade retornaria ao Município se a finalidade da construção deixasse de existir. Com a extinção do IBC, planeja-se utilizar o local para a execução de um programa de legalização de empresas informais.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3588

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Senhor Fernando Ribas Carli, solicitando subsídios para suprir despesas de viagem da Fanfarra Municipal de Ipiranga, que participará do VI Campeonato de Bandas e Fanfarras.

O referido campeonato acontece no dia 09 de dezembro, no Município de Santa Fé.

Em anexo segue o histórico e as posições em que se destacou em apresentações e concursos, a referida banda.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Jaime Lerner, solicitando a suspensão do leilão da CODAPAR, previsto para o dia 30/11/95, para a venda de máquinas usadas, e as providências necessárias no sentido de determinar que os maquinários, objeto do leilão, sejam colocados à disposição dos municípios paranaenses, nas mesmas condições de pagamento, ou seja, pagamento à vista, ou pelo leasing do BANESTADO.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Grande parte das máquinas colocadas a leilão, Senhor Presidente, estavam cedidas em comodato às prefeituras dos municípios paranaenses. O que nos leva a crer que as mesmas representam importante instrumento de trabalho àqueles municípios e que, vendidas no leilão, farão muita falta, principalmente se considerarmos que a maioria deles passa por momento de grandes dificuldades econômico-financeiras, não havendo, portanto, condições de reposição dos referidos maquinários.

Após o pronunciamento daqueles municípios, em não havendo mais interesse, aí sim, concordamos que se realize um leilão de acordo com o que houver no pátio da CODAPAR.

REQUERIMENTO N° 3605

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, e ao Senhor Secretário de Estado da Educação, Ramiro Warhafftig, solicitando esforços no sentido do atendimento das reivindicações dos professores da rede estadual do Paraná, quanto à implantação do Piso Salarial Profissional Nacional e a Reposição das Perdas Salariais, conforme proposta da APP - Sindicato, e encaminha o abaixo-assinado, em anexo.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Insistimos no atendimento destas reivindicações, pois, por certo elas representarão melhoras na educação, considerando-se o abandono em nível acentuado de professores qualificados do Quadro Próprio do Magistério, e a contratação de professores com menos qualificação, o que resultará fatalmente na queda da qualidade do ensino público no Paraná.

Assim se expressam os 1.091 professores que firmaram o abaixo-assinado em anexo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 512/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Tapira / PR, o terreno de n° 5, quadra 16, da Planta Geral do Município, situado à Praça da República s/n, face da Rua Ponta Grossa.

Parágrafo Único - O terreno de que trata o caput deste artigo será destinado à construção de uma Quadra Esportiva para Escola de 1° Grau.

Art. 2° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Tapira / PR, o terreno de n° 16, Quadra 26 da Planta Geral do Município, situado à av. Mário Ribeiro Borges, s/n, esquina com Rua Piraquara.

Parágrafo Único - O terreno de que trata o caput deste artigo, destinar-se-á à construção da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Tapira.

Art. 3° - Os terrenos a que se referem os artigos anteriores foram repassados ao Estado através de processo de Arrecadação de Bens de Defunto do requerido Antonio Brando, falecido em 31 de outubro de 1968.

e ficam gravados com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Município de Tapira possui hoje muitas escolas de 1º e 2º graus, que não possuem quadras esportivas.

Na busca de solução para este problema, a Prefeitura Municipal deseja construir uma quadra esportiva no terreno ocioso localizado à Praça da República, s/nº - face à Rua Ponta Grossa, pois o mesmo é adequado à obra que se pretende executar e que atenderá escolas de 1º grau do município.

Ainda há no município, um terreno também ocioso, onde a Prefeitura pretende construir a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, haja vista que o município possui um grande número de trabalhadores na agricultura que organizam-se em um sindicato, mas que não possuem um local adequado para o desenvolvimento de suas atividades.

Como os terrenos em questão foram passados para o Governo do Estado através de processo de Arrecadação de Bens de Defunto, estão até a presente data ociosos e ali a Prefeitura pretende executar estas importantes obras para o município.

PROJETO DE LEI Nº 513/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover em parceria com as Secretarias de Estado do Meio Ambiente e da Educação, a implantação de Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus, do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.95.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A questão relacionada à Educação Ambiental é de vital importância para a formação de uma consciência protetiva e ecologicamente civilizada, numa sociedade que se mostra a cada dia mais desinformada e devastadora.

O modo correto, eficaz e sensato para solucionar tais problemas, não é somente o repovoamento dos rios, a restituição das matas ciliares, o reflorestamento das matas devastadas, e outras medidas paliativas, mas principalmente o método preven-

tivo, com uma educação de base, capaz de mudar a consciência da sociedade.

Assim, vimos através desta proposição, pedir o apoio dos nobres Deputados com assento nesta Casa de Leis, nesta empreitada pela conscientização de uma sociedade ecologicamente correta.

PROJETO DE LEI Nº 514/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a empreender os estudos e planejamentos necessários à criação de uma Secretaria Especial de Relações Internacionais.

Art. 2º - À Secretaria Especial de Relações Internacionais compete:

I - planejar e coordenar as ações do Governo do Estado do Paraná no âmbito do MERCOSUL e outros mercados comuns;

II - monitorar todos os acordos e convênios do Governo do Estado, da administração direta e indireta, com governos, organismos e entidades internacionais;

III - realizar estudos e envolver empresários e comunidades para o incremento das relações culturais, técnico-científicas e comerciais com outros países;

IV - alimentar a integração e as relações com as províncias irmãs de outros países;

V - manter contatos com o Itamaraty, com as Câmaras de Comércio, Consulados e outros organismos visando atingir suas finalidades.

Art. 3º - O Poder Executivo desenvolverá os estudos necessários, com vistas ao planejamento e dotação orçamentária destinados à implantação da referida Secretaria.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.95

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

As relações internacionais se intensificam. A internacionalização da economia, a nível global, é um fenômeno que atinge diretamente nossa economia.

Neste ano o Governo do Estado recebeu dois Presidentes de Repúblicas dos países do Leste Europeu - Polônia e Ucrânia - e o Presidente do Paraguai; missões da China, Canadá, Grã-Bretanha, Argentina e África do Sul conheceram nosso Estado; Embaixadores da Grã-Bretanha, Nicarágua, Polônia, Japão, Itália, França, Portugal, Países Baixos, Coreia, Kwait, Colômbia, Argenti-

na, entre outros visitaram nosso governo.

O Estado do Paraná possui com vários países, como por exemplo, China e Japão, província irmãs. Inúmeros são os convênios e acordos existentes e executados por Secretarias de Estado, autarquias, empresas e universidades.

O Paraná é um Estado de todas as gentes. Contamos com comunidades expressivas e organizadas procedentes de vários quadrantes da terra que mantêm relações com seus ancestrais. São uma riqueza de nossa terra. Utilizar dessa relação natural para potencializar intercâmbio facilitam as relações econômicas internacionais.

Porém, todas essas atividades, que visam um mesmo objetivo estão dispersas, sem um organismo de controle e acompanhamento de todas essas relações e faltando um planejamento mais arrojado na direção do intercâmbio internacional. No momento, em que as relações internacionais tomam maior velocidade não pode o Estado do Paraná deixar de planejar e criar condições para o aumento do comércio externo e interno, de incentivar a cooperação técnico-científica e as realações culturais.

No quadro do MERCOSUL nosso Estado possui uma situação geográfica privilegiada, com portos, rodovias e ferrovias que aqui se situam e cruzam nosso território.

A integração de nossa economia, produção, comércio e serviços, que deve ser dinamizada para um maior desenvolvimento do Estado.

PROJETO DE LEI N° 515/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Aos servidores da administração direta e das autarquias que tiveram transformado seus empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho para cargos públicos, por força da Lei Estadual n° 10.219, de 21 de dezembro de 1992, em seu artigo 70, será assegurado o direito da licença-prêmio, para efeitos de contagem de tempo para aposentadoria.

§ 1° - A licença-prêmio com aquisição no período de cada quinquênio, terá seu tempo contado em dobro para o acervo da aposentadoria.

§ 2° - Será concedida ao servidor que teve seu emprego transformado em cargo público, a licença-prêmio para fins de aposentadoria, contada inclusive na vigência do Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.95

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Com o advento da Lei Estadual n° 10219, de 21 de dezembro de 1992, que em seu artigo 70, transformou o emprego dos servidores da administração direta e das autarquias em cargo público, várias foram as perdas da classe atingida.

Sem enumerá-las, destacam-se a perda do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a data-base dos reajustes salariais, o direito de férias dos servidores de 45 para 30 dias e mais a perda da estabilidade prevista na reforma administrativa do Governo Federal.

A decisão pelo corte do benefício trouxe inquietação aos aposentados, ao próprio governo que dificilmente terá como solucionar o impasse e aos que já protocolaram o pedido de aposentadoria a desesperança pelo inconcludente tratamento, o que fere o princípio da igualdade de direitos.

O presente projeto, transformado em lei, dará respaldo legal ao Governo do Estado para com as aposentadorias já concedidas, proporcionando ao mesmo tempo a igualdade de tratamento para com os demais servidores.

Considerando as possíveis e breves mudanças no sistema de aposentadorias, as quais exigirão mais tempo de serviço do trabalhador, poucas serão as novas aposentadorias dadas a curto prazo pelo governo.

Contudo, por questão de justiça para com os servidores, urge a necessidade de aprovação do projeto que se apresenta, garantindo-lhes o acervo para futuras aposentadorias, o que representa nada mais que dois anos de contagem para o direito do benefício.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Sergio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a essa tribuna registrar o sentimento de desalento da sociedade paraguaia, dos irmãos do vizinho país, nosso parceiro comercial e que está sendo retratado no Jornal "Última Hora" do dia 20/11, Jornal de grande circulação no Paraguai que diz em seu editorial que o Brasil deve respeitar os direitos dos paraguaios.

Não estou aqui comprando as dores do vizinho país, o Paraguai, nem mesmo o povo paraguaio, pura e simplesmente. Estou aqui para defender um direito de equidade, porque a forma como estamos tratando os vizinhos paraguaios, em termos de negócios e de diplomacia, certamente vai levar aquele país a retaliar contra as atitudes absurdas que as autoridades brasileiras estão

tomando.

Nos últimos dias foi amplamente noticiado pelos jornais de circulação nacional e estadual, a redução da quota de 250 para 150 dólares. E todos os dias estamos vendo na imprensa que há um movimento muito forte no Paraguai, onde a Ponte está trancada há quatro ou cinco dias, ninguém vai e ninguém vem, criando inclusive incidentes diplomáticos. E isso, naturalmente, tem prejudicado muito não só o comércio do Paraguai, mas também o comércio de toda aquela região de fronteira, comércio que aliás, está se deslocando para a região de Guaíra e outras regiões que fazem fronteira com o vizinho país, o Paraguai, Bolívia e outros países que fazem limite com o Brasil aqui na América do Sul.

Recentemente a Receita Federal apreendeu 19 veículos com placas paraguaias que estavam circulando no Brasil.

Ora, eu que conheço muito bem aquela região de fronteira sei o tratamento que o governo paraguaio deu de irmão, de solidariedade, aos mais de 300 mil brasileiros que hoje vivem no Paraguai, sendo tratados com dignidade. Sei que o Paraguai é um país tolerante para que os brasileiros circulem em todo o país e em todo o território guarani em carros com placas brasileiras sem ninguém molestar, sem ninguém atrapalhar.

Fico pensando, imaginando o que seria da nossa fronteira toda, dessas relações Brasil-Paraguai se o governo paraguaio tratasse da mesma forma o governo brasileiro, os brasileiros de uma forma de retaliação.

Seria na verdade um caos, e é contra esse tipo de coisa que estamos nos levantando. Sabemos que a Receita Federal está na verdade fazendo o jogo do "lobby" da Zona Franca de Manaus, da ABRINQUE, da Associação de Fabricantes de Produtos Elétricos e Eletrônicos de São Paulo e assim por diante.

Por isso não nos conformamos com essa atitude da Receita Federal.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Queria cumprimentar V.

Exa., por abordar um assunto dos mais importantes que está rolando na imprensa do país, e principalmente do Estado do Paraná. V. Exa., como representante daquela região, Deputado Sâmis da Silva, e outros Parlamentares daquela região, acho que a nossa Casa tem que se posicionar, acionar o governo federal através da Bancada, porque não é possível a forma com que estão sendo tratados os irmãos nossos, os sacoleiros que existem por aí.

Já produziu três vezes, enveredei para fazer um pronunciamento a respeito desse

assunto, mas aguardando posicionamento dos representantes, principalmente de V. Exa., do Deputado Sâmis, lá da região de Foz do Iguaçu, que são os que estão vivendo o dia-a-dia, o vai-e-vem ali da Ponte.

Não posso me conformar, primeiro com a redução da quota de 250 para 150 dólares, quando na verdade hoje em um dos jornais aqui da Capital do Estado o próprio Governador Jaime Lerner, se não me falha a lembrança, não tenho o jornal aqui, dizia num comentário bem curto, que não são os sacoleiros que fazem os grandes contrabandos dentro do nosso país e vice-versa.

A posição nossa, da Assembléia, dos políticos do Estado do Paraná, este foi um alerta do Governador, já por duas vezes andei procurando me inteirar do assunto, acho que não é possível, o cidadão que se presta a tomar um ônibus, viajar um dia, uma noite toda ou se não, muitos até dois, três, quatro dias, gente que vem do outro lado do nosso país para fazer umas compras no Paraguai e ser bloqueado, preso, impedido com 150, 250, que fosse 500 dólares, meu Deus do céu, ele está fazendo ali o seu "ganha-pão", está aumentando o seu salário e muitos deles, sua maioria absoluta, estão vivendo daquilo ali, estão trazendo o dia-a-dia para dentro da casa deles, o alimento para seus filhos, a educação, a saúde, estão procurando uma alternativa dentro deste mundo que vivemos hoje, dentro da realidade brasileira, o desemprego, queremos dizer que não existe, mas existe, o desemprego está aí, assustadoramente, batendo de porta em porta; é uma forma deles trabalharem, é uma forma de comercializar alguma coisa. E me parece que este estrangulamento agora, está lá na Ponte, a exigência e a não abertura, ficar apenas 150 dólares é uma agressão contra o povo pobre, trabalhador do nosso país.

É claro que aqueles que vão lá com milhões de dólares, não são pegos por lei, eles apanham ali na Ponte, com raríssimas exceções, porque na verdade vêm de navio, vêm pelo ar, por outros mecanismos que chega dentro do nosso país o contrabando.

E ali são sacoleiros, brasileiros, paranaenses, irmãos nossos, gente de idade, gente, inclusive aqui que tem muita ligação até com a nossa Casa, que fazem das suas viagens, final de semana muitas vezes, e é um salário a mais para levar o sustento para dentro de suas casas, gente aqui da nossa Casa, quando encerra o expediente na sexta-feira se obriga a ir, porque não tem com o salário daqui, como chegar ao final do ano, comprar algo demais para a sua família e para sua gente.

Por isso, o governo brasileiro, com todo o respeito, ao qual tenho uma grande admiração, tem que rever esta posição, e o Governador do Paraná, ontem, hoje deu um

alerta colocou uma nota, fez um comentário, que não são os sacoleiros que estão fazendo os grandes contrabandos aqui dentro do Estado do Paraná.

Cumprimento V. Exa. por trazer este assunto, estou ao seu lado nesta sua colocação, principalmente nesta tarde.

O SR. SÉRGIO SPADA - Obrigado Deputado Toti Colação.

Realmente o Paraná tem que se levantar contra este tipo de coisa, na verdade, felizmente, estamos vendo a Assembléia Legislativa sendo solidária conosco, estamos vendo o Governo do Estado sendo solidário conosco, Parlamentares Federais fazendo esse mesmo tipo de trabalho. Esperamos sensibilizar a Receita Federal, porque não é justo que o Paraná acabe perdendo mais de sessenta, setenta mil empregos com a redução da cota se efetivamente se concretizar e ficar do jeito que está, num momento de crise provocada pelas medidas econômicas do Governo Federal.

Mas para finalizar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, solicito, que seja inserido nos Anais da Casa, o editorial do Jornal Última Hora, onde este matutino, fala com todas as letras, diz que o Brasil não está cumprindo com as obrigações bilaterais do MERCOSUL, e com o vizinho país, o Paraguai, e também o teor do meu pronunciamento.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Acabamos de receber uma correspondência vinda aqui do Município de Agudos do Sul, que reflete muito bem a situação que se encontra as empresas agroindustriais do Estado do Paraná. Os pequenos municípios do nosso Estado vêm sofrendo uma pressão muito grande e principalmente aqueles municípios que buscam zerar o emprego, buscam integrar as atividades agrícolas com a industrial, vêm sofrendo uma pressão muito grande por parte do sistema econômico, do sistema financeiro do nosso País.

Temos aqui um desabafo do Senhor Mário Mendes, que é o Diretor que é o Presidente, da Empresa SANSON. Empresa pequena, mais que gera no Município de Agudos do Sul, 50 empregos, constituindo-se, portanto, na maior empresa privada que gera emprego neste Município de Agudos do Sul.

(Lê):

"SANSON

Agudos do Sul - PR, 02 de novembro de 1995
Ao Governo do Estado do Paraná

AT. Sr. JAIME LERNER
Curitiba - PR

Prezado Governador.

Ref: Desenvolvimento Agrícola

Senhor Governador, meu nome é Mario Mendes, sou executivo. Nos últimos anos fui Gerente Nacional de Finanças da Cia. de Cigarros Souza Cruz e Professor Universitário.

Impulsionado pela vontade e pelo sonho de desenvolver uma atividade agroindustrial pedi demissão da Souza Cruz e me estabeleci na pequena Cidade de Agudos do Sul - PR, Região Metropolitana de Curitiba onde tenho um frigorífico de frangos e uma fábrica de ração.

Geramos por volta de 50 empregos diretos com salários e benefícios dignos, além de 18 pequenas propriedades rurais que dependem também diretamente da nossa Empresa "SANSON", através da integração de 150.000 aves.

Nosso projeto contempla estimular e comprar todo milho da região erradicando o homem do campo no campo.

Acreditamos na idéia e persistimos durante o ano de 95 inteiro onde realizei um prejuízo na ordem de R\$ 500.000,00 ou seja todo o dinheiro que ganhei na vida toda além de acumular um passivo junto aos bancos, o motivo acredito que tenha sido a falta de exportação devido ao câmbio utópico, gerando assim uma super-oferta interna trazendo o preço abaixo do custo durante o ano todo.

Senhor Governador, pedi ajuda ao BANESTADO diversas vezes por carta e pessoalmente ao Sr. Fayet - Presidente e ao Sr. Sandrini - Diretor Financeiro, as poucas respostas que obtive depois de muita insistência foram negativas.

Acreditei que produzir frangos em vez de cigarros poderia ser uma atitude mais humana, pois os frangos alongam a vida do homem ao contrário dos cigarros, mais infelizmente fiz tudo o que foi possível para continuar no negócio, pagando juros extorsivos aos bancos não foi possível continuar.

Amanhã dia 03/11/95 estarei contraindo dois advogados para tratar da parte legal da Auto-falência e vou amargar para o resto da minha vida esta experiência frustrada, por falta de linhas adequadas de financiamento à Agro-Indústria que fixa o homem no campo evitando (reduzindo) o número de sem-terra invasores, além de ter sido testemunha da propaganda enganosa do Governo e BANESTADO dizendo que incentivam a criação de pequenas empresas na agro-indústria, pois cheguei a pagar 12% ao mês de juros para financiamento de giro de curto prazo no BANESTADO.

Senhor Governador, se Vossa Excelência chegar a ler esta carta poderá confirmar os fatos com o Deputado Renato Adur que foi testemunha das minhas incansáveis ten-

tativas de sanear minha empresa, e que conhece minha idoneidade.

Fico a vossa disposição para participar de qualquer trabalho na área da agro-indústria desta região, seja na minha empresa ou não, pois não é possível que o caminho não seja este, afinal a população cresce em progressão geométrica e precisa alimentar-se.

Tenho 40 anos, muita experiência com empresas e um bom curriculum. Caso deseje fazer algum contato, meu telefone é 824-1101 em Agudos do Sul, PR.

Atenciosamente,
(a) MARIO MENDES"

É lamentável que vejamos o desabafo de um cidadão que é idealista, que tem o desejo de radicar-se numa pequena cidade como Agudos do Sul e como tantas outras cidades que temos nesse Estado e que clamam por emprego. Mas que no momento em que a indústria está deslanchando devido a um problema econômico do País, ele se vê forçado a fechar a sua indústria. Busca, vai às portas das entidades do Governo do Estado, das instituições estaduais e vê-las todas fechadas sem o mínimo de condições para geração de emprego.

Estou encaminhando um ofício ao Senhor Governador também e faço um apelo ao nobre Líder do Governo, que faça chegar às mãos do Governador e do Presidente do BANESTADO este apelo de um cidadão do Paraná, que é o apelo da maioria das famílias e das pequenas empresas deste Estado.

Era isso, obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Apenas para registrar a presença, nesta Casa, do Presidente da Câmara de Ponta Grossa, Vereador Delmar Pimentel, juntamente com Antônio Ferri.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Apenas para louvar a atitude do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso ao demitir o Presidente do INCRA, Francisco Graziano, pelo gesto impensado, autoritário. Mostrou-se até ser um homem atrevido, desrespeitador das leis maiores do nosso País ao grampear telefones de autoridades, usando um cargo de mais alta confiança do Presidente da República, utilizando o irmão de um assessor seu, Diretor da Polícia Federal.

Independente do teor das conversas telefônicas grampeadas, o que importa é que seu Graziano traiu a confiança do seu melhor amigo, o Presidente da República, afrontou com o que há de mais sagrado que é a liberdade do povo poder se comunicar, poder se falar através do telefone. Então, Senhor Presidente acho que independente da demissão do Presidente do INCRA, essa ex-

-autoridade deveria ser rigorosamente punida.

É bom lembrar, Senhor Presidente, que num fato meio semelhante o escândalo do edifício Watergate, caiu o presidente de uma das maiores nações, o Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon.

Lá foi espionagem, mas aqui também tudo não passava, Senhor Presidente, de uma espionagem através de uma conversa telefônica.

Então, se nos Estados Unidos o presidente pagou com o cargo, tendo que renunciar, que não fique aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados apenas na demissão do Senhor Graziano, porque ele e aqueles da Polícia Federal agiram de maneira irresponsável, porque Polícia Federal existe, não para fazer escuta telefônica, não para ter este tipo de ação criminal, desejamos que todos eles, além de perder o cargo, sejam rigorosamente punidos pelo crime que cometeram e sobretudo pela traição que praticaram, jogando o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, numa terrível crise.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos ao Grande Expediente, é com satisfação que a Mesa Executiva, anuncia em nossas galerias diversos senhores funcionários do Tribunal de Justiça que muito honraram aquele Poder quando ali desenvolveram as suas atividades, muito dos senhores serventuários se encontram aqui em nosso Plenário. Deram a dignidade que a Justiça do Paraná desfruta no dia de hoje. E a Mesa Executiva, em todos os momentos, se associa às suas posições, que realmente são do interesse do Estado do Paraná.

Concedo a palavra, no Grande Expediente ao Deputado Neivo Beraldin.

(Declina)

Passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra, o PT.

Com a palavra, o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhoras e senhores funcionários do Poder Judiciário que comparecem a esta Casa na tarde de hoje.

A Comissão de Educação e Cultura, está encerrando hoje o Seminário sobre Ciência e Tecnologia no Paraná, seminário que foi aberto ontem pela manhã com a participação de quadros importantes do Estado brasileiro, dirigentes da CNPQ, da FINEP e da CAPS, ontem esteve presente também o representante do Ministro da Ciência e Tecnologia, representantes da Ciranda Brasileira para o Progresso da Ciência, professores e técnicos de várias universidades, cientistas de grande valor.

Hoje a tarde o seminário concluiu

criando o Fórum Paranaense de Ensino de Defesa da Ciência e Tecnologia.

Infelizmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, temos a lamentar que o Secretário do Estado do Paraná de Ciência e Tecnologia não apenas não compareceu ao evento, como sequer mandou um representante.

Vou ler a carta, o ofício remetido pelo Secretário, para que os Senhores tenham a noção do seu teor: (Lê)

"Ofício nº 750/95-GS/SETI

Curitiba, 23.11.95.

Prezado Senhor.

Informo a Vossa Excelência que empenhei-me ao máximo para poder participar da abertura e das sessões do Seminário "Política de Ciência e Tecnologia do Paraná" nos próximos dias 27 e 28. Entretanto, face ao meu acúmulo de cargos de Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Presidente do TECPAR, minha agenda é normalmente bastante intensa, e não consegui transferir compromissos anteriormente assumidos. Procurei designar um representante, porém a minha equipe encontra-se igualmente comprometida com atividades em ciência e tecnologia, coincidentes com as datas e horários do referido Seminário.

Certo da compreensão de Vossa Excelência, desejo sucesso ao evento e despeço-me.

Atenciosamente,

(a) ALEXANDRE FONTANA BELTRÃO

Secretário de Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Péricles de Holleben Mello

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Curitiba - Paraná"

É lamentável que o Secretário de Estado não tenha sequer um representante para vir a um Seminário desta importância, realizado pela Assembleia Legislativa, pela Comissão de Educação e Cultura deste Poder.

Lamentamos este episódio e talvez seja por motivos como esse, que ainda não foi regulamentado em nosso Estado o Artigo 205 da Constituição Estadual e é impressionante que um Estado como o Paraná, tão rico, não tenha ainda investimento em ciência e tecnologia, nesse momento crucial da história da humanidade, porque passamos com reflexos importantes em nosso Estado, principalmente dado a globalização da economia e a existência do MERCOSUL.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, continuamos tentando coletar assinaturas para instalar nesta Casa uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o suposto atentado ao Secretário de Segurança, Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira.

ra.

Há na sociedade paranaense uma suspeição sobre esse atentado. Pelo momento e pela forma como ele ocorreu. Sabemos que ele ocorre no momento em que o Secretário passa para a sociedade como um grande agressor, na medida em que 13 lavradores sem-terra são feridos, alguns com gravidade, alguns vão ficar aleijados e mutilados para o resto de suas existências.

O Secretário, responsável por esta agressão, negando-se a negociar com uma Comissão de Deputados, mandou acontecer o despejo. Veio a esta Casa, foi questionado, não conseguiu se explicar, e no outro dia, surpreendentemente ele passa de agressor à vítima, sofrendo um atentado até meio folclórico, na medida em que vários tiros transpassaram seu veículo, ninguém saiu ferido, o Secretário saiu completamente ileso, há balas da sua própria pistola numa das portas do carro e a sociedade paranaense levanta dúvidas sobre o Secretário.

Ora, temos o maior respeito pela Polícia Civil, pela Polícia Militar do Paraná. Acontece que todos sabemos que o Secretário de Segurança é quem nomeia os funcionários, os altos delegados da Polícia Civil, portanto são cargos de confiança do Secretário. Ele também tem influência no Comando Geral da Polícia Militar, como tem também o comando de institutos que vão fazer o exame de balística.

Então, não se trata nunca de desconfiar da seriedade e competência da Polícia Civil do nosso Estado, trata-se tão somente de entender o que a polícia, por depender da confiança do próprio Secretário, não seria ela a fazer esse inquérito, não deveria ela fazer a análise de balística do carro.

Acho que inclusive o próprio Secretário de Segurança, deveria ele mesmo, tomar a posição de que institutos de outros Estados, como é o caso do Instituto da Universidade de Campinas fizesse o exame de balística e a Polícia Federal se encarregasse desse episódio, para que esclareça completamente o povo do Paraná sobre a veracidade dos fatos.

É por isso que o Deputado Ângelo Vannoni, líder da nossa bancada, apresentou requerimento, pedindo que a Universidade de Campinas realize o exame de balística no carro do Secretário de Segurança, e é por esse motivo que nós, como representantes do povo paranaense, estamos solicitando aos Senhores Deputados que assinem o nosso requerimento para instaurar imediatamente uma Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa, para averiguar a veracidade desse atentado contra o Senhor Cândido Martins de Oliveira, Secretário de Segurança do nosso Estado.

Fazemos um apelo, em nome da transparência deste Poder, em nome do nosso compromisso com a verdade, quando o povo do nosso Estado, que outros Deputados também dos 11 que já assinaram, também coloquem suas assinaturas, precisamos de 18 Deputados para poder instaurar a CPI nesta Casa, e conclamamos a todos que votem favoravelmente ao requerimento feito por Ângelo Vannahoni, que será logo depois da Ordem do Dia votado nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - PSC com a palavra.
Havendo declinado, PTB com a palavra.
Havendo declinado.
PDT com a palavra.
PSDB, PFL, PPR, PP, Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida; Publica-se no Diário da Assembléia e em avulsos para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação aos Projetos de Lei nºs 498 e 480/95. Aprovado.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/95, de autoria do Ministério Público do Paraná, que institui o Quadro e o Plano de Carreira dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 498/95 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná é constituído de cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

§ 1º - Os cargos de provimento efetivo são reunidos em grupos ocupacionais, integrados em níveis, com denominações específicas, na forma do Anexo I, e identificados em razão da natureza do trabalho.

§ 2º - Os grupos ocupacionais a que se refere o parágrafo anterior são os seguintes:

I - Grupo Ocupacional Superior; composto de funções que exigem conhecimentos teóricos e práticos de curso superior, para desenvolver atividades de assessoramento e outras correlatas;

II - Grupo Ocupacional Intermediário; composto de funções que exigem conhecimentos em nível de segundo grau e cujas tarefas se caracterizam por certa complexidade;

III - Grupo Ocupacional Básico; composto de funções que exigem conhecimentos em nível de primeiro grau.

§ 3º - A descrição das tarefas, atribuições, responsabilidades e demais características, pertinentes a cada cargo de provimento efetivo, serão especificadas em regulamento, a ser expedido pelo Procurador Geral de Justiça.

§ 4º - Os cargos de provimento em comissão, constantes do Anexo II, são de livre nomeação e exoneração, por ato do Procurador Geral da Justiça.

Art. 2º - A investidura em cargo de carreira de provimento efetivo dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se como requisitos essenciais:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - a idade mínima de dezoito anos;
- III - a conclusão do grau de escolaridade exigida para o cargo;
- IV - a quitação com o serviço militar;
- V - a quitação com as obrigações eleitorais;
- VI - o gozo dos direitos políticos;
- VII - não ter sido condenado criminalmente por sentença transitada em julgado, salvo reabilitação;

VIII - a aptidão física e mental para o cargo.

Art. 3º - O provimento do cargo efetivo dar-se-á no nível inicial de vencimento do grupo ocupacional.

Art. 4º - A posse no cargo dar-se-á perante o Procurador Geral da Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação do ato de nomeação, prorrogável por uma vez até igual período, a critério da Administração.

Parágrafo Único - No ato da posse o servidor apresentará, obrigatoriamente, declaração de bens e de não estar no exercício de outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 5º - Após o enquadramento de que trata esta lei, a progressão do servidor efetivo dar-se-á através de:

I - Progressão por mérito, que consiste na passagem do servidor de um nível para o imediatamente subsequente, dentro do mesmo grupo ocupacional, após cumprido interstício de um ano de efetivo exercício no nível em que se encontrava.

II - Progressão por antigüidade, que consiste na passagem do servidor de um nível para o imediatamente subsequente, dentro do mesmo grupo ocupacional, após cumprido interstício de três anos de efetivo exercício no nível em que se encontrava.

Art. 6º - O desempenho do servidor efetivo será aferido anualmente, pela chefia imediata, segundo critérios fixados pelo Procurador Geral da Justiça, cabendo ao Departamento de Recursos Humanos a coordenação e acompanhamento das avaliações.

§ 1º - Não será concedida progressão por mérito ao servidor que não obtiver grau mínimo quando da avaliação de desempenho, na forma do estabelecido em regulamento.

§ 2º - O servidor poderá recorrer do resultado de sua avaliação, no prazo de 10 (dez) dias a contar da divulgação, ao Procurador Geral de Justiça, que decidirá em igual prazo.

Art. 7º - O servidor autorizado a participar de eventos necessários a sua capacitação profissional, com ônus ou ônus limitado, ~~comprometer-se-a~~ a ressarcir ao Ministério Público do Estado do Paraná o valor atualizado, correspondente ao custo total ou parcial do afastamento, em caso de posterior pedido de exoneração, conforme as hipóteses estabelecidas em regulamento.

Art. 8º - A instauração de procedimento para apuração de falta disciplinar sus-

pendará, até final decisão, o prazo do estágio probatório.

Art. 9º - Os vencimentos dos servidores ativos e inativos do quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná são os constantes das tabelas I, II e III, do Anexo III.

Art. 10 - Os vencimentos dos cargos em comissão são os constantes da tabela do Anexo IV.

Art. 11 - O número de cargos efetivos do quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná fica definido no Anexo I.

Art. 12 - O número de cargos de provimento em comissão fica definido no Anexo II.

A. 13 - As gratificações de função e os respectivos valores, a serem atribuídos pelo Procurador Geral de Justiça, são os constantes do Anexo V.

Art. 14 - O Procurador Geral de Justiça poderá atribuir aos servidores gratificação pela realização de trabalho técnico ou científico.

Art. 15 - O enquadramento dos servidores ativos e inativos, no quadro a que se refere o artigo 1º, far-se-á no nível que resultar da proporcionalidade havida entre a posição em que se encontrava na tabela de vencimentos básicos anterior e a posição correspondente na nova tabela de vencimentos, guardada a correspondência do cargo com o respectivo grupo ocupacional na forma do Anexo VI.

§ 1º - Para os fins deste artigo os grupos ocupacionais atualmente existentes ficam transformados na forma do anexo I, considerado o nível de escolaridade correspondente.

§ 2º - No caso de servidores inativos, será considerado o cargo respectivo à data da aposentação, se o vencimento deste resultar em maior benefício.

§ 3º - Os cargos do quadro vigente, que não correspondam a nenhum dos criados por esta Lei e cujos ocupantes atuais sejam enquadrados na nova tabela de vencimentos, na forma prevista neste artigo, serão extintos à medida em que ocorrer a sua vacância.

Art. 16 - Aos servidores de que trata a presente lei, aplica-se subsidiariamente o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná - Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 17 - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da Dotação Orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 18 - Ficam revogados o artigo 2°

e seu parágrafo único e o artigo 3°, ambos da Lei nº 8.371, de 14 de outubro de 1986, e a Lei nº 10.125, de 29 de outubro de 1992 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.95.

(a) MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	EXISTENTES	NOVOS	TOTAL
SUPERIOR	ASSESSOR JURÍDICO	012	025	037
	ADMINISTRADOR	004	002	006
	CONTADOR	014	010	014
	AUDITOR	000	020	020
	ASSISTENTE SOCIAL	002	008	010
	PSICÓLOGO	002	005	007
	ANALISTA DE SISTEMAS	001	002	003
	BIBLIOTECÁRIO	001	000	001
	TÉCNICO SUPERIOR *	014	000	014
	SECRETÁRIA EXECUTIVA	000	001	001
TOTAL		040	073	113
INTERMEDIÁRIO	AUXILIAR TÉCNICO	075	040	115
	TÉCNICO EM HARDWARE	000	004	004
	TÉCNICO DE SUPORTE	000	006	006
	PROGRAMADOR	000	003	003
	ALMOXARIFE	000	002	002
	IMPRESSOR GRÁFICO	000	001	001
TOTAL		075	056	131
BÁSICO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	070	000	070
	TELEFONISTA	006	007	013
	RECEPCIONISTA	000	005	005
	MOTORISTA	007	012	019
	AGENTE DE MANUTENÇÃO	002	005	007
	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	010	015	025
	VIGIA	001	008	009
TOTAL		096	052	148
TOTAL GERAL		211	181	392

* CARGOS ATUALMENTE EXISTENTES E QUE NÃO FORAM PROPOSTOS NO ATUAL ANTEPROJETO DE LEI - CONFORME ARTIGO 18

ANEXO II

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO EXISTENTE	
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO
-	PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
	Nº DE CARGOS
	1
DAS-1	DIRETOR-SECRETÁRIO DA PCJ
	1
DAS-3	DIRETOR DE DEPARTAMENTO
	3
DAS-3	ASSESSOR JURÍDICO
	1
DAS-3	CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL
	1
DAS-6	SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MP
	1
DAS-6	ASSESSOR DE IMPRENSA
	1
DAS-3	ASSESSOR
	2
1-C	ASSISTENTE TÉCNICO DE DEPARTAMENTO
	3
1-C	SUPERVISOR
	2
3-C	ASSISTENTE
	9
3-C	ASSISTENTE
	1
TOTAL	39

SITUAÇÃO PROPOSTA	
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO
-	PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
	Nº DE CARGOS
	1
DAS-1	DIRETOR-GERAL
	1
DAS-2	SECRETÁRIO DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL
	3
DAS-3	DIRETOR DE DEPARTAMENTO
	3
DAS-3	DIRETOR DA ASSESSORIA JURÍDICA
	1
DAS-3	SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MP
	1
DAS-6	ASSESSOR DO GABINETE DO DIRETOR-GERAL
	1
DAS-6	ASSESSOR DE IMPRENSA
	1
DAS-6	COORDENADOR DE INFORMÁTICA
	1
DAS-6	ASSESSOR DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL
	3
DAS-6	VICE-DIRETOR DE DEPARTAMENTO
	3
1-C	ASSISTENTE
	4
2-C	ASSISTENTE
	6
3-C	ASSISTENTE
	6
TOTAL	41

ANEXO III

TABELAS DE VENCIMENTOS

TABELA I GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO	
NÍVEL	VALOR
1	422,63
2	432,53
3	442,67
4	453,04
5	463,65
6	474,51
7	485,63
8	497,01
9	508,65
10	520,57
11	532,76
12	545,24
13	558,02
14	571,09
15	584,47
16	598,16
17	612,18
18	626,52
19	641,19
20	656,22
21	671,59
22	687,32

TABELA II GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO	
NÍVEL	VALOR
1	697,86
2	714,21
3	730,95
4	748,07
5	765,60
6	783,54
7	801,90
8	820,68
9	839,91
10	859,59
11	879,73
12	900,35
13	921,44
14	943,03
15	965,12
16	987,74
17	1.010,88
18	1.034,56
19	1.058,80
20	1.083,61
21	1.109,00
22	1.134,99

TABELA III GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR	
NÍVEL	VALOR
1	1.330,92
2	1.362,11
3	1.394,02
4	1.426,68
5	1.460,11
6	1.494,32
7	1.529,33
8	1.565,16
9	1.601,84
10	1.639,37
11	1.677,78
12	1.717,09
13	1.757,32
14	1.798,49
15	1.840,63
16	1.883,76
17	1.927,89
18	1.973,06
19	2.019,29
20	2.066,60
21	2.115,03
22	2.164,58

ANEXO V

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Denominação	Nº de funções	Valor
GF1	30	146,15
GF2	30	194,85
GF3	30	243,57

ANEXO IV

CARGOS EM COMISSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
A - CARGOS DE ASSESSOR ESPECIAL	
SÍMBOLO AE - 1.....	811,76
B - CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
SÍMBOLO DAS-1.....	498,91
SÍMBOLO DAS-2.....	440,34
SÍMBOLO DAS-3.....	410,39
SÍMBOLO DAS-4.....	350,91
SÍMBOLO DAS-5.....	320,96
C - CARGOS EM COMISSÃO	
SÍMBOLO 1-C.....	207,12
SÍMBOLO 2-C.....	191,28
SÍMBOLO 3-C.....	176,57
SÍMBOLO 9-C.....	119,70

ANEXO VI**TABELA DE ENQUADRAMENTO****• ANTERIOR****PROPOSTO**

NIVEL				A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
1	5	9	13	17	18	18	19	19	20	20	21	21	22	22
2	6	10	14	12	12	13	13	14	14	15	15	16	16	17
3	7	11	15	6	7	7	8	8	9	9	10	10	11	11
4	8	12	16	1	1	2	2	3	3	4	4	5	5	6
III	II	I												
SUP INT		BAS												
GRUPO OCUPACIONAL														

OBS.: Os níveis de 1 a 4, do quadro anterior, nesta Lei correspondem ao Grupo Ocupacional Superior, distribuídos nos níveis 1 a 22 da Tabela III.

Os níveis de 5 a 8, do quadro anterior, nesta Lei correspondem ao Grupo Ocupacional Intermediário, distribuídos nos níveis 1 a 22 da Tabela II.

Os níveis de 9 a 16, do quadro anterior, nesta Lei correspondem ao Grupo Ocupacional Básico, distribuídos nos níveis 1 a 22 da Tabela I.

PLANILHA DE CUSTOS - PLANO CARGOS/SALÁRIOS

INCREMENTO NA FOLHA DO MP									
Quilômetros 6.114.498,00									
CARGOS	QTD ATUAL	QTD PROPOSTA	CUSTO ATUAL	PROPOSTA ATUAL	CUSTO NOVOS CARGOS	TOTAL PROPOSTA	% ATUAL	% PROPOSTA	INCREMENTO
CARGOS EFETIVOS ATIVOS	211	392	170.610,25	366.164,00	166.214,86	524.398,86	3,34%	10,25%	6,92%
CARGOS EFETIVOS INATIVOS	45	45	60.785,58	104.754,42	0,00	104.754,42	1,19%	2,06%	0,86%
CARGOS EM COMISSÃO ATIVOS	30	41	36.422,06	53.147,60	97.279,96	150.427,56	0,71%	2,94%	2,23%
CARGOS EM COMISSÃO INATIVOS	1	1	2.930,69	2.930,69	0,00	2.930,69	0,06%	0,06%	0,00%
TOTAL	287	479	270.758,60	527.016,71	265.494,82	792.511,63	5,29%	15,30%	10,01%

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 498/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Magistério Público do Paraná tem por objetivo adequar a estrutura funcional de Ministério Público, proporcionando-lhe condições de cumprir com eficiência e rapidez as funções institucionais que lhe foram acometidas pela Constituição de 1988.

Analisando sob a ótica legal, regimental e constitucional, o projeto preenche os requisitos, e além disso, não implica em ônus ao orçamento do Poder Executivo, eis que o Ministério Público possui dotação própria.

Diante do exposto, somos de parecer favorável à sua normal tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 498/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Ministério Público, tem por objetivo instituir o Quadro e o plano de carreira dos servidores da Procuradoria Geral de Justiça.

Já tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças, ao ser chamada a opinar, acompanha o entendimento da CCJ, por entender que com as novas atribuições dadas ao Ministério Público pela nova Constituição, se faz necessário que o mesmo tenha um alicerce sólido para garantir o funcionamento de tão importante órgão para a vida democrática.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 480/95, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que adota tabela única de vencimentos dos servidores e serventuários dos quadros de pessoal do Poder Judiciário. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 480/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos dos diversos quadros de servidores e serventuários ativos e inativos do Poder Judiciário ficam fixa-

dos na forma da tabela única que integra o anexo da presente lei.

Art. 2° - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor a partir de 1° de novembro de 1995, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.95.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de proposição que se destina a alterar o atual sistema de múltiplas tabelas de remuneração no âmbito do Poder Judiciário, propiciando a necessária e urgente correção das distorções ocorridas no passado, com a concessão das gratificações de que trata o artigo 172, inciso VIII, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

A unificação proposta encontra respaldo no artigo da Lei n° 11.074, de 28 de março de 1995.

Importante frizar, Senhor Presidente, que na unificação de tabelas não haverá aumento de despesa, pois serão revistos todos os atos de concessão das gratificações previstas no artigo 172, da Lei n° 6.174/70, no âmbito do Poder Judiciário.

A única exceção será em relação aos servidores inativos, cujo direito adquirido é resguardado. Ainda assim, o pequeno aumento de despesa (de 4,2% em relação à folha mensal), será integralmente absorvido pelas dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

ANEXO I

TABELA ÚNICA

CLASSE / NÍVEL	R\$
I	929,05
II	873,98
III	817,50
1	872,05
2	844,34
3	816,63
4	588,91
5	561,20
6	533,49
7	505,77
8	478,06
9	450,35
10	422,63
11	394,91
12	369,01
13	344,81
14	322,19

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 480/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por finalidade adotar tabela única de vencimentos dos servidores e serventuários dos quadros de pessoal do Poder Judiciário, conforme especifica.

A medida proposta encontra respaldo no Art. 3º, da Lei n° 11.074, de 28.03.95.

Vale ressaltar que na unificação de tabelas não haverá aumento de despesa, pois serão revistos todos os atos de concessão das gratificações previstas no Art. 172, da Lei n° 6.174/70, no âmbito do Poder Judiciário.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 480/95

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por finalidade adotar tabela única de vencimentos dos servidores e serventuários dos quadros de pessoal do Poder Judiciário, conforme especifica.

A medida proposta já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu Relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças não encontrou nenhum óbice que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela, neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passaremos à apreciação do restante da matéria.

Passo a Presidência ao ilustre Deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 426/95, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que Declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro no Município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 438/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 066/95, que autoriza o Poder Executivo a Ceder ao Ministério do Trabalho uma Área, no Município de São José dos Pinhais, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 464/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que Declara de Utilidade Pública a "Associação União de Moradores das Moradias Bairro Novo", com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 465/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que Declara de Utilidade Pública a "Academia Paranaense de Letras", com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 466/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que Declara de Utilidade Pública a Banda Lyra Curitiba, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 463/95 de autoria do Deputado Algaci Túlio, que Regeva a Lei n° 9.342 de julho de 1.990. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 148, de 31.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 463/95

P A R E C E R :

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.11.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 469/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que Institui no Calendário de Eventos do Paraná o Dia do Rio, a ser comemorado em 24 de novembro. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.M.A.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 151, de 06.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 469/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Ilustre Deputado Anibal Khury, visa instituir no calendário de eventos do Paraná, "O Dia do RIO" a ser comemorado em

24 de novembro.

Tratando-se de projeto que visa, o bem-estar social e não acarreta despesas ao Estado, somos de parecer favorável a sua tramitação normal.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PROJETO DE LEI N° 469/95

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por objetivo instituir no calendário de eventos do Estado do Paraná, o Dia do Rio, a ser comemorado em 24 de novembro.

Esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, chamada a opinar, conclui que tal propositura tem por finalidade mostrar a importância da preservação dos rios para o meio ambiente, proporcionando com isto uma melhoria da qualidade de vida da população.

Diante do exposto, somos de opinião favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.95

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES - Presidente

IRONDI PUGLIESI - Relatora.

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 056/95 de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de Plebiscito nos Distritos de Mirante do Piquiri e Paulistânia, em Alto Piquiri, para que a população decida sobre a criação do Município de Nova Paulistânia. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 148, de 31.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 056/95

P A R E C E R :

A proposição em tela, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo autorizar a realização de plebiscito nos Distritos de Mirante do Piquiri e Paulistânia, em Alto Piquiri, para que a população decida sobre a criação do Município de Nova Paulistânia.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Requerimentos n°s 3581 a 3584, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3585, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3587 a 3590, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3591, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3594, de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3596, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. ROMANELLI - Sr. Presidente, qual o requerimento que está em Votação? Desculpe, e quem é o autor, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendendo o leilão da CODAPAR, de máquinas da CODAPAR, e o autor é José Maria Ferreira. Alega que muitas dessas máquinas estão servindo municípios paranaenses.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. **Rejeitado.**

Requerimento n° 3600, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3599, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3508, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Doutor Rosinha, Emerson Nerone e Péricles de Mello, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3578, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, com apoio dos Senhores Deputados Albanor Gomes, Irineu Colombo, Luiz Carlos Zuk e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3593, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3601, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3602 a 3605, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3562, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados:-

Esse requerimento, já foi dito, tanto pelo companheiro Vanhoni, como pelo companheiro Péricles, não é nenhuma suspeição da nossa Bancada, em relação à Polícia Civil do Estado do Paraná, ou qualquer suspeição aos técnicos que trabalham na perícia da Polícia Civil. Sabemos da competência deles e temos conhecimento de vários momentos em que eles agiram.

A única questão levantada é que, para ter isenção total, é importante, interessante, que tal perícia seja submetida por um órgão que esteja fora da Secretaria de Segurança Pública do Estado, que esteja fora da hierarquia da Secretaria, porque sabemos que estes peritos estão hierarquicamente ligados à Secretaria de Segurança.

Se nós, Parlamentares, desejarmos a isenção total, a solução desse problema, que não fique suspeita nenhuma, seria importantíssimo que fosse feita esta perícia. E a Bancada do Partido dos Trabalhadores faz o pedido, no sentido dessa aprovação.

E sendo aprovado, inclusive, podemos deixar para uma discussão posterior a questão da CPI, ora proposta. Não precisamos continuar colhendo estas assinaturas, porque podemos aguardar um órgão externo fazendo esta averiguação.

Nesse sentido é que peço a aprovação desse requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Nobres Senhores Deputados, gostaria de encaminhar contra este requerimento, pelas razões que ontem procurei expor, quando aqui falava o nobre líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, a respeito desta questão.

Sem dúvida alguma é de se destacar a figura do Deputado Vanhoni, dos companheiros do PT. É de se destacar a atuação des-

ses colegas, o comportamento de Suas Excelências, aqui neste Plenário, mas este caso específico, entendemos que não tem o menor cabimento.

O que pede o ilustre Deputado Angelo Vanhoni é que o veículo do Secretário de Segurança Pública, que foi alvo de um atentado dias atrás e amplamente divulgado pela imprensa, seja periciado na UNICAMP.

Por que é que entendemos que não tem o menor cabimento? Porque o Estado do Paraná, tal qual o Estado de São Paulo, tem um Instituto de Criminalística composto de peritos de melhor nível e da maior qualificação, são peritos de carreira concursados, não são peritos que ocupam cargos de confiança deste ou daquele governo.

São pessoas apolíticas, pessoas que estão exercendo as atividades com o mesmo denodo como exercem os magistrados, os promotores, os delegados, os funcionários públicos em geral, muito especialmente os funcionários de carreira do Estado do Paraná.

E a partir do momento em que esta Casa aprova um requerimento desta natureza, esta Casa estará dando um voto de confiança ao Instituto que tem prestado relevante serviço à causa pública do nosso Estado.

Citei ontem o meu exemplo pessoal, como Delegado de carreira, com trinta e poucos anos de serviço, me vali centenas de vezes do Instituto de Criminalística do Paraná e não tenho uma única reclamação para fazer do trabalho dos peritos.

Portanto, não tem sentido, me perdoem os Deputados do PT, aprovarmos um requerimento desta natureza.

Até compreendo, que dada a gravidade dos fatos a relevância da questão, evidentemente que esta Casa tem que ficar atenta, primeiro a investigação que está se procedendo e evidente, que, ao lado dessa investigação, o papel da Polícia Científica, da Polícia Técnica ou do Instituto de Criminalística, seja lá nome que se queira dar a esse tipo de assessoramento na busca de esclarecimentos dos fatos delituosos, mas de forma alguma nós não podemos, enquanto a Assembléia, enquanto o Poder Legislativo endossar um requerimento desta natureza.

Por esta razão, é que chamo ao bom senso, chamo à reflexão esta Casa e apelo que rejeitemos este requerimento, dando um voto de confiança, mais uma vez, até porque não temos motivo para negar esse voto de confiança às Instituições Públicas do Paraná, notadamente a Polícia Civil e ao Instituto de Criminalística do nosso Estado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) -

Quero cumprimentar o Deputado José Tavares, pela sua posição tomada nesse momento, que não é novidade o seu equilíbrio, o seu entendimento nesta área, nos faz evidentemente aprendermos cada vez mais.

E dá até um exemplo, Deputado Tavares, imagina o envolvimento de um Juiz do Tribunal de Justiça, de um Desembargador e que se queria também de repente, se colocar dúvida quanto à legitimidade do Tribunal de Justiça fazer o julgamento.

O que teria que se fazer é o desaforamento desse processo.

Então, acho que é totalmente incabível esse requerimento do PT e por isso conclamo, baseado mais uma vez até no extraordinário depoimento feito pelo Deputado José Tavares, para que votemos contrário, para darmos até um voto de confiança e respeito às nossas instituições.

O SR. ANTONIO BELINATI (Para Encaminhar)-

Senhor Presidente, é mais do que colocar o Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira, sob suspeita, nesta hora de dor, de amargura, de inquietação, de tristeza dele e de sua família, porque sabemos, Senhor Presidente, que a família do Secretário Cândido está chocada, muito triste com este episódio.

Acho que mais do que suspeição, do que suspeita esta Casa tem o dever de estar solidária com a figura humana do Secretário Cândido. E esperamos, Senhor Presidente, que este tipo de violência não se repita mais, não apenas contra a figura do Secretário, mas que toda a população do Paraná possa respirar em paz, em tranquilidade quando estiver circulando pelas ruas retornando para o seu lar, não venha a ser vítima da violência, como foi o Secretário Cândido.

Portanto, Senhor Presidente, o nosso respeito, admiração, a solidariedade ao Secretário Cândido, e a nossa recriminação e o nosso voto contrário a essa tentativa do ilustre Deputado Vanhoni, a quem muito respeitamos e admiramos, de colocar sob suspeita uma violência praticada contra o Secretário.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados quem conhece a genealogia dos nossos Poderes Constituídos, sabendo ainda mais que a Polícia Civil é um órgão do Poder Executivo e não um órgão do Poder Judiciário, na medida que tem três Poderes independentes, o Judiciário, o Executivo e o Legislativo, e a Polícia é o órgão do Poder Executivo e não do Poder Judiciário.

Nós achamos que quem deveria fazer esse requerimento não era o Poder Legislativo do Paraná, era o próprio Secretário de

Segurança, para mostrar que esse processo vai ser realizado com absoluta isenção, isso ele deveria fazer mas não o fez.

E porque ele não fez, e porque todos nós sabemos o poder que os extratos superiores de uma administração tem sobre os subordinados, mesmo sobre os funcionários de carreira em nosso Estado pela possibilidade de ascensão, de transferência e os cargos de confiança que existe a estrutura hierárquica do Estado e do Executivo, é que nós achamos que esse processo, esse inquérito só terá absoluta isenção requerida pela forma e pelo momento em que aconteceu esse suposto atentado contra o Secretário de Segurança.

É só dessa maneira, apelando para institutos de outros Estados, inclusive com a Polícia Federal, que foi aprovado ontem um Requerimento também do Deputado Vanhoni, solicitando que a Polícia Federal acompanhasse esse Inquérito, essa investigação sobre esse suposto atentado.

O problema não é o atentado, se qualquer outra figura pública do Paraná sofresse um atentado, não haveria suspeição nenhuma por parte dos Deputados do PT, acontece que quem sofreu o atentado foi o Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Segurança, no mesmo dia ou um dia depois de que veio a esta Casa, estava sendo tratado como agressor de Sem-Terra, as famílias dos sem-terra sim, estão entristecidas porque viram maridos, pais e filhos perderem a perna, estarem aqui na UTI de Curitiba à beira da morte, estas sim, estão muito tristes porque sofreram essa agressão absurda de um Estado comandado pelo Secretário de Segurança.

É por essa suspeição que está presente não os Deputados do PT, mas tenho certeza, muitas pessoas, muitos paranaenses é que solicitamos esse requerimento e pedimos a aprovação de todos os Deputados a favor do Requerimento do Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. EDUARDO TREVISAN (Para Encaminhar) -

Acho que o Deputado Tavares colocou de forma apropriada e profunda o que todos nós aqui pensamos a respeito desse Pedido de Informação.

Houve, em passado recente, um conjunto de episódios que trouxe transtorno, preocupação e tristeza à população de todo o Estado do Paraná. E esta Assembléia Legislativa esteve vigilante, recebeu a visita do Secretário de Segurança, esclareceu os fatos. E acho que é desejo de todos nós que esse passado caia logo no esquecimento, mas fique, evidentemente como lição, como preocupação para todos nós.

Particularmente, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Angelo Vanhoni, quero manifestar a minha contrariedade a esse Pedido de Informação intempestivo,

inapropriado e que vai trazer mais preocupação ainda, à população do Paraná.

O Secretário Cândido, um homem que tem história, tem passado, tem presente, tem futuro, tem respeito, habilidade, já prestou e continua prestando excelentes serviços à população do Estado do Paraná, passou por um período difícil da sua vida. A desocupação daquela propriedade de Santa Izabel do Ivaí evidentemente que exigiu uma ação mais contundente da Polícia, mas não foi do agrado do Secretário, tenho certeza em momento algum, passou por um atentado e agora tenta passar realmente para uma nova etapa da sua vida. Acho que é colocar em suspeição a figura do Secretário, a figura da Polícia Militar e Civil do Paraná, o Instituto é realmente inapropriado, é realmente intempestivo e só vai trazer mais transtorno. Eu, em nome talvez da Bancada do PTB e acho que me dirigindo a todos os companheiros de bom senso nesta Casa, vamos rejeitar com todo o respeito, vamos rejeitar esse pedido de informação do companheiro Vanhoni e vamos tocar a vida para a frente, senão não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra para encaminhar ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, também quero concordar com as palavras do José Tavares, endossadas pelo Deputado Algaci Túlio, agora também por Eduardo Trevisan. A polícia do Paraná, do ponto de vista da pesquisa, é competente. Se não há dúvida sobre ela, por que o pedido de se mandar esse carro para São Paulo, para fazer uma outra análise?

Então se se tem certeza que a pesquisa, que a tecnologia desenvolvida pelo Instituto é eficientemente suficiente para não ser suspeita e não é isso que é levantado em nenhum documento, porque que não abundemos essa pesquisa levando para São Paulo, a menos que essa Assembléia entenda que aquele Instituto de renome nacional e até internacional esteja sob suspeitas dos demais deputados, aquele Instituto de Campinas.

Portanto também quero concordar com José Tavares, elogiar o Instituto de Criminalística do Estado do Paraná que faz em seu lado e que com certeza será o mesmo de Campinas e ainda, concorrerá para ser também igualado àquele Instituto de renome internacional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhores

Deputados, realmente ninguém está colocando sob suspeita a UNICAMP que é uma das maiores Universidades do Brasil. Londrina também tem uma das maiores Universidades do Brasil, Maringá, Cascavel. Mas um momento de reflexão caro Deputado, se nós tivéssemos em Nova Iorque, no Central Park, se tivéssemos em Nova Iorque, terra de Frank Sinatra, que se diz ter a melhor polícia americana, a melhor polícia científica eu ouvi no Jornal Nacional, foi um escândalo, só faltou desfilar a escola de samba da Mangueira quando mataram aquela comerciária no Central Park de Nova Iorque. Foi um espetáculo, a Globo desfilou por uma semana, como se aquilo fosse um espetáculo da terra. Soava na Globo as cornetas do próximo capítulo que uma novela não fictícia mas de uma novela que retratava a realidade. Morria uma comerciária carioca. Por ser do Rio, só faltou o Joãozinho Trinta para decorar o Central Park de Nova Iorque.

E até hoje Senhores Deputados o assassino não foi preso! Aqui no Paraná, no meu Paraná, terra de Jayme Canet, terra de Ney Braga, terra de Álvaro Dias, Requião, José Richa, Jaime Lerner, terra de Edno Guimarães, do Dr. Rosinha, terra de Anibal Khury, ora nós não temos ainda, entre cem crimes insolúveis, está aí o Deputado Ricardo Chab que entende da área, noventa e nove já foram solucionados pela melhor polícia científica do Brasil que está no Paraná.

Pasmem os Senhores morreu na semana passada, Deputado Nerone, uma jovem médica, indo para o seu trabalho, veterinária, dirigia-se para o trabalho, eu e o Ricardo Chab, em horários diferentes, narrávamos o acontecido, um tiro pegou a traseira do carro e acertou a cabeça. Aí fiquei perguntando, crime passionai ou latrocínio? Fui ao local, com o repórter Sibonei Nascimento, examinamos o carro, se era latrocínio não levaram nada, passionai, não era porque ela vivia maravilhosamente bem com o esposo, Deputado Nerone, trabalhava tranqüila, sossegada, etc. Mas, quem matou? Briga de trânsito não pode ter sido. Logo depois, eu liguei para o Dr. Jordão, e ele falou: "Alborghetti, eu vou solucionar mais esse crime insolúvel". O Ricardo Chab é minha testemunha, inclusive o Dr. Jordão não quer que venhamos a comentar quem seja o assassino desta bala perdida. Hoje eu falei: - Dr. Jordão, quem matou esta veterinária na Capital do Estado? Ele respondeu: - Alborghetti, eu mandei a Polícia Científica do Paraná fazer exame em tal e em tal; em X e em Y. O X + Y não deu; mas o Y - X deu, mas não posso divulgar agora quem é o assassino. Ora, se faltava desvendar este crime que aconteceu na Capital a Polícia Científica do Paraná

conseguiu, através de um exame de balística no local. Quem estava no local na caçada a um marginal? Eram dois carros. Então fizeram exame de balística nos dois carros e confrontaram com o carro da médica lá na frente; tinha que se chegar a um denominador comum. Deu um dos dois.

Nós da imprensa, carrapichos de polícia, estamos proibidos de narrar ainda o assassino, apesar de que a Tribuna do Paraná de hoje, já deu um esbracho de primeira, mas nós ficamos assim ainda, para aguardar, para ver se é real ou não, se foi um policial militar ou se foi um policial civil. Não foi assassinato, foi uma bala que saiu de um revólver. Agora a Polícia Científica e o Delegado de Homicídios tinham que fazer o quê, Senhores Deputados? Muito bem, quem estava no local: uma viatura da polícia civil e uma viatura da polícia militar. Muito bem, eles estavam a caça de quem? Saiu bala dos dois lados. Os marginais, na seqüência, atrás do carro da médica. O carro dos bandidos deu uma desviada, as balas acabaram varando o carro da médica, ela morreu com uma bala na cabeça. Qual é a noção de um Delegado sério, que tem vergonha na cara, que honra o distintivo da polícia civil? Pegar as armas dos policiais militares e dos policiais civis. Tem que saber de onde veio a bala da cabeça dela. Então foi desvendado mais um crime.

Eu só queria dizer ao Deputado Péricles, Deputado Nerone que é eloqüente, um grande tribuno, Deputado Colombo, vamos esperar a polícia científica do Paraná analisar a arma do Senhor Secretário. Gente, não sou otário. Mas por quê mandar à UNICAMP?

Temos que pegar a polícia daqui. Muito bem, vamos confrontar com o que aconteceu na porta, com a arma do Secretário. Pegue a arma do motorista, vamos confrontar, porque o Secretário Cândido não seria idiota, burro, imbecil, cretino, sabendo que aqui existe um Parlamento, gente! E temos a melhor polícia científica do Brasil, no Paraná! Me orgulho dessa polícia científica. Você acha que o Cândido ia tirar o revólver e atirar ele mesmo no carro? Ele mesmo aí se autodestruir, como o caso que aconteceu com Tony Garcia, naquela época, como o ex-Delegado de polícia que deu tiro nele mesmo e disse que fui eu que mandei atirar. Isso é coisa de política. E o Secretário Cândido não seria idiota de jogar a esposa na sarjeta, como disse o Deputado Antonio Belinati, jogar os filhos na sarjeta, jogar sua carreira de Secretário fora. Para quê! Ele podia muito bem chegar a um acordo - vou pegar meu boné e vou embora. E dá tiro nele mesmo. Bum! Bum! Bum!" - Ai, meu Deus, chama o

médico. Ai, estou morrendo. Ai, Ai, pára.

Porque ele vai se sujeitar e olhar para a esposa dele e ela vai falar: - Ora, Cândido, você teve essa ousadia de lamear o meu nome, o nome dos nossos filhos, dos nossos netos. Não, ele não seria tão idiota a este ponto. Acho que tudo tem o seu andar, tudo tem a sua caminhada. Vamos confiar na melhor Polícia Científica do Paraná, desde a época de Moisés Lopion, que começou lá atrás, depois veio o Governador Jaime Canet, depois veio José Richa, depois veio Ney Braga, depois veio Álvaro Dias, depois veio o Roberto Requião, e agora o Governador Jaime Lerner. Todos tentando aparelhar, fazer com que a Polícia Científica do Paraná, seja um exemplo para a Nação Brasileira. Vamos confiar naquilo que é nosso, na Polícia Civil, na Polícia Militar e na Polícia Científica.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, com a sua permissão, quero falar sentado porque estou com um problema de coluna. Mas é importante é nos posicionarmos sobre esta questão. Ontem ouvi atentamente o discurso do Deputado Vanhoni e ele se contradisse. O Deputado Vanhoni, no discurso no dia em que o Secretário esteve aqui, perguntou ao Secretário se ele não achava que a sua Secretaria estava, sendo desprestigiada, por não ter nenhum componente de alto-nível naquela comissão. Ontem Vanhoni, vem com outro discurso e disse que não admitia que a comissão de alto-nível fosse formada por Secretários do Estado.

Ora, é uma contradição. E outra questão, um homem inteligente, que veio aqui e teve a capacidade de se defender perante 54 Deputados. Olha foi uma das sessões dos últimos 5 anos, mais pesadas que assisti e ele não teve a competência de dar as explicações e se sair muito bem. Duvido que um homem inteligente, como o Secretário de Segurança, teria essa atitude. Senhor Presidente e Senhores Deputados, tenho concordado e muito, com os Deputados do PT, mas tenho que discordar agora. Estamos mais preocupados, em levar esse assunto para frente, para ocupar o espaço na mídia. Acho que temos que encerrar este episódio, e não podemos botar em dúvida a pessoa do Secretário de Segurança.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. Rejeitado.

O SR. EMERSON NERONE - Verificação de Vo-

tação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Faça-se a Verificação da Votação. Os Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se. **Rejeitado o Requerimento.**

O SR. IRINEU COLOMBO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, Deputado Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, como um dos participantes que foi até Santa Izabel do Ivaí e apresentamos o relatório final. Temos para ser marcada a data ainda da vinda dos representantes do sem-terra, conforme foi aprovado aqui. Hoje recebi um comunicado daquele movimento de que na próxima terça-feira, virão a Curitiba, e gostariam de vir a esta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eles deverão ser recebidos pela comissão que foi designada para ir a Paranavaí. Estamos ao término do período legislativo e daqui

para frente a Mesa não vai mais admitir Sessão Extraordinária que não diga respeito com os projetos em votação. Eles serão recebidos pela Comissão, mas não em plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 430, 432, 433, 436, 463, 469, 480 e 498/95, e do Projeto de Resolução n.º 056/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 374 e 486/95.

Marca ainda uma sessão solene, às dezesseis horas e trinta minutos, em homenagem aos trezentos anos de imortalidade de Zumbi dos Palmares.

Levanta-se a sessão.